



ENTREMEIOS PARA A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA PRELIMINAR DA NOVA BNC DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA¹

Murillo Rodrigues Paes²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar tendências, tanto na formação quanto na carreira docente, a partir da implementação da proposta preliminar da nova Base Nacional Comum para a Formação de Professores para a Educação Básica (BNC-FP), sobretudo no que tange à alteração das condições de trabalho dos profissionais da educação. A realização desta pesquisa se justifica pelo seu mérito de interrogar de que maneira as recentes transformações do processo de trabalho objetivado (encetadas pela crise estrutural do capital) se impõem sobre a realidade particular do Brasil e principalmente para a categoria docente. Trata-se de uma pesquisa analítico-bibliográfica, para a qual a produção de dados valeu-se de análises documentais e de revisão de literatura. Os resultados da pesquisa apontam para o fato de que, a implementação da proposta preliminar da nova BNC-FP tende a contribuir, tanto para a precarização das condições de trabalho dos profissionais do magistério quanto para o rebaixamento do valor da sua força de trabalho.

Palavras chave: Reformas educacionais, Neoliberalismo, Flexibilização da carreira e da formação docente, Trabalho.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos uma série de debates tem sido tecidos em torno da pauta da educação pública e da qualidade do ensino ofertado pelas escolas Brasileiras (sobretudo no que concerne a formas eficientes de garanti-lo e democratiza-lo). Entre consensos e dissensos,

¹ Este trabalho foi produzido a partir do relatório final de pesquisa do subprojeto “Uma análise das alterações das condições de trabalho docente a partir da proposta da Base Nacional Comum para a formação de professores da educação básica (2018) no Brasil” apresentado ao Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo em outubro de 2020. Tal iniciativa, por sua vez, encontra-se diretamente vinculada ao projeto de pesquisa do CNPq “A heterogeneidade da classe trabalhadora no contexto da crise estrutural do capital”.

² Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

E-mail: <murillo.historia@gmail.com>.



é fato que tem crescido cada vez mais nestes espaços a presença de entidades privadas e não representativas dos interesses da classe trabalhadora. Assim, naturalizou-se um cenário onde as reivindicações de instituições públicas e que historicamente estiveram ligadas a produção de pesquisa e/ou do conhecimento científico, são ignoradas em detrimento de consultas pontuais a projetos sugeridos por grupos empresariais. Outrossim, desde 2017 algumas determinações muito específicas tem sido impostas sobre a educação brasileira e promovido um processo gradual de reforma do ensino básico e da política educacional vigente. Sem embargo disto, estas contrarreformas educacionais também não podem ser pensadas em separado (é importante que se diga) da crise estrutural do capital e do seu avanço; que por sua vez tem imposto a diferentes segmentos da classe-que-vive-do-trabalho uma ampliação cada vez maior dos processos de exploração do seu próprio labor; e paralelamente a isto, incluído no âmbito da produção de mais-valor inúmeras atividades e/ou ofícios que já foram, inclusive, considerados como improdutivos. É em face deste cenário de instabilidade e da promoção de medidas não consensuais, ademais, que buscamos compreender, de que maneira a proposta preliminar para a Base Nacional Comum da formação de professores do Ensino Básico (BNC-FP) relaciona-se com tal conjuntura nacional (domínio das entidades privadas na seara do debate público e que diz respeito às pautas ligadas a educação e/ou a criação de políticas de Estado para esta área) e internacional (quando do recrudescimento da crise estrutural do capital e da profusão dos seus efeitos sobre o mundo do trabalho em diferentes escalas; em que se circunscreve a própria atividade docente). Pretendemos compreender, principalmente, quais impactos imediatos (ou não) alteram, tanto as condições de trabalho, quanto a estrutura da carreira docente em si mesmas a partir da implementação do expediente que se refere à proposta preliminar da nova BNC-FP. Interessa-nos antever, (com base na análise de outras dinâmicas que já foram estudadas e apreendidas em outros lugares do mundo), principalmente, de que modo esta política será capaz de alterar as condições de trabalho dos profissionais da educação no médio e longo prazo, tendo em vista sua jurisprudência enquanto política pública (de Estado). Sem objeção disto, é importante retermos ainda, no terreno das justificativas que respaldam a feita e/ou a realização desta pesquisa o fato de que, a educação pública brasileira viu-se quase sempre atrelada a projetos e fins que visavam à reprodução das desigualdades econômicas, políticas e sociais, de modo a reproduzir também uma conjuntura historicamente desfavorável para a classe que vive do trabalho. O que é acrescido pela circunstância em que, há também uma notável oposição das entidades representativas dos trabalhadores da educação a estas reformas e a exclusão bastante abrangente, na esfera do debate público, tanto dos usuários destes sistemas educacionais



quanto dos professores/as que o integram e que sugerem dúvidas pertinentes quanto a sua qualidade resolutiva de problemas. Quanto aos procedimentos e abordagens que foram utilizados para a produção desta pesquisa, podemos destacar a análise de conteúdo (DIONNE; LAVILLE, 2014) e a revisão de literatura pertinente, que versam sobre os seguintes temas: padronização do trabalho educativo, aligeiramento da formação docente, reformas educacionais, produção do valor, exploração do trabalho, transformações do modo de produção capitalista e mercadorização ou mercantilização do conhecimento. Não obstante, a análise de fontes documentais (BARROS, 2005) também foi outro procedimento importante para a produção dos resultados obtidos pela pesquisa – uma vez que fomentou as discussões pretendidas. Após interrogarmos a fonte supracitada (BNC-FP) e explorarmos as suas potencialidades, confrontamos os dados obtidos com o debate que é realizado pelos autores(as) do nosso quadro teórico, interpretando-os assim, à luz dos referenciais escolhidos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa analítico-bibliográfica, para a qual a produção de dados valeu-se de análises documentais e de revisão de literatura. Ao assumirmos uma perspectiva teórica ancorada nos pressupostos do pensamento marxista – com ênfase na relação dialética e histórica –, optamos também pela adesão a uma postura metodológica condizente com tal filiação epistemológica, de modo que esta pesquisa erigiu-se mediante as premissas do método do materialismo histórico dialético. Tal como a crítica da economia política busca compreender a dimensão concreta da realidade a partir de sua apreensão, abstração, simplificação e reconstituição; de modo a concebê-la tal qual a síntese de múltiplas determinações, em constante movimento e contradição, sobretudo, em razão de suas características gerais, particulares e singulares (MARX, 2008). Essa investigação científica fez o mesmo com o seu objeto de estudo (a reestruturação do trabalho docente no Brasil, a partir da BNC da formação de professores). Os resultados da pesquisa apontam para o fato de que, a implementação da proposta preliminar da nova BNC-FP contribui, tanto para a precarização das condições de trabalho dos profissionais do magistério quanto para o rebaixamento do valor da sua força de trabalho.

O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS SOCIAIS PRODUTIVAS E O LUGAR DO TRABALHO IMATERIAL NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS MODERNAS

Nas sociedades capitalistas modernas todo processo de trabalho objetivado tende a se apresentar como processo de trabalho do capital, uma vez que diferentes tipos de trabalhos e



de atividades passam a contribuir tanto para a produção direta quanto indireta do valor. Segundo Marx (1978) isso ocorre porque, diferentemente do que se sucedeu em outros momentos da história, o processo de transição das sociedades pré-capitalistas para especificamente capitalistas é marcado pela dinâmica onde os possuidores de grande soma de dinheiro (capitalistas) passam a dispor, não somente das condições objetivas de trabalho (objetos e meios de trabalho), mas também das subjetivas (conhecimentos sobre a produção). Fato que lhes permitiu, desse modo, apropriarem-se do trabalho excedente que é criado pelos operários no processo de produção de mercadorias e na medida em que trocam trabalho objetivado (determinado) por trabalho vivo (capacidade de trabalho).

Marx (1978) nos lembra ainda que é em face deste contexto que fundam-se também as categorias dos trabalhos que, além de serem produtivos ou improdutivos do ponto de vista do processo de trabalho (materiais ou imateriais), são também produtivos ou improdutivos do ponto de vista do próprio processo de autovalorização do capital (geração do mais-valor). Pois, a ampliação da segmentação da produção, inaugurada naquele período, também irá fazer com que nenhum tipo de trabalho ocorra ou exista de maneira isolada, dando origem àquilo que o autor chama de forças produtivas sociais do trabalho. Como consequência disso, deriva-se a versatilidade da força de trabalho e que se exprime na forma de trabalhos com valores de uso distintos: que são consumidos direta ou indiretamente pelo processo de produção (trabalhos produtivos) ou ainda, na forma de trabalhos assalariados e/ou serviços que se situam somente na esfera ou na etapa da circulação (na maioria dos casos, trabalhos improdutivos) – no intervalo entre o processo de produção de mercadorias e seu consumo propriamente dito.

É nesse instante que alguns tipos de trabalhos determinados (por sua escassez e singularidade), ao se defrontarem com o capital no interior do processo de produção capitalista, irão obter dele, respectivamente: melhores condições de remuneração (passaram a representar um quantum de tempo de trabalho socialmente necessário maiores do que de outros tipos de trabalhos concretos úteis) e/ou de trabalho propriamente dito (execução de tarefas menos padronizadas e que representa um tipo de trabalho que é menos rígido e controlado)³. No entanto, o autor explica que esse fenômeno só é possível porque tais tipos de trabalhos se situam em um momento muito específico ou particular da produção, de maneira que representam uma fração irrisória ou insignificante de todo o processo de trabalho objetivo que é empenhado na produção capitalista de mercadorias. De sorte que, para isso ocorrer é

³ Um dos exemplos utilizados por Marx (1978) para caracterizar este tipo de atividade em sua época foi o do trabalho por peça.



necessário que uma imensa maioria de outros labores – que revestem a totalidade do processo de produção – empreguem em todas as mercadorias e/ou serviços, uma quantidade maior de trabalho excedente (não pago) do que de trabalho remunerado (assalariado).

Para os chamados teóricos da imaterialidade⁴, por outro lado, isso ocorre pelo simples fato de que, os valores de uso produzidos por tais atividades possuem uma singularidade muito específica; pouco importando a posição ou o volume que estes ocupem no processo de trabalho objetivado propriamente dito. Nesse sentido, estes autores argumentam que, por possuir um conteúdo imaterial e intangível, certos tipos de trabalho teriam se tornado portadores de um valor imensurável⁵ e que só poderia ser representado por quantum de tempo de trabalho socialmente necessário que é superior ao de outros trabalhos concretos úteis. Segundo os teóricos da imaterialidade, é por esse motivo que os assim denominados “trabalhadores do conhecimento” possuiriam um maior poder de negociação e de barganha junto ao capital e que lhes permite obter, tanto melhores condições de trabalho quanto de remuneração.

Em se tratando do trabalho específico que é desempenhado pelos **profissionais do magistério público** e para quem se destina a proposta preliminar da nova Base Nacional Comum para a Formação de professores, podemos defini-lo ou classificá-lo de duas formas; a) Segundo a perspectiva do materialismo histórico-dialético: enquanto um trabalho que é improdutivo do ponto de vista do próprio processo de trabalho – uma vez que produz um valor de uso que é intangível e imaterial – e que é improdutivo do ponto de vista do processo de valorização do capital – uma vez que não é consumido pelo processo de produção de mercadorias e/ou de serviços e que, portanto, representa um momento muito particular ou específico do processo de reprodução da sociedade capitalista; b) Segundo a perspectiva defendida pelos teóricos da economia imaterial: os professores poderiam ser definidos ou classificados enquanto trabalhadores do conhecimento e, portanto, invariavelmente improdutivos. Nesse sentido o trabalho docente seria detentor de um valor imensurável e por essa razão estaria sujeito a outras lógicas de organização e de remuneração, ocupando desse modo, um lugar diferenciado (privilegiado) no interior do processo de produção capitalista.

A INTENSIFICAÇÃO DO USO DA FORÇA DE TRABALHO NO PROCESSO IMATERIAL

⁴ Tais como André Gorz, Antonio Negri e Mauricio Lazzarato.

⁵ O fato de um trabalho ser imaterial ou intangível não faz com que ele deixe de ser mensurável, tanto para Marx quanto para a teoria do valor-trabalho.



Ao analisar as condições de trabalho dos operários improdutivos a socióloga Ursula Elin Huws (2011) demonstra como os chamados “trabalhadores do conhecimento” na verdade representam um grupo bastante heterogêneo. Quando da apreensão das relações laborais existentes em diferentes países, a autora irá dar enfoque a algumas das principais mudanças ocorridas no interior do processo de trabalho e ao longo das últimas três décadas.

Em primeiro lugar, Huws destaca a maneira como as grandes empresas capitalistas têm diversificado cada vez mais suas atividades e/ou ampliado a sua atuação em diversos outros segmentos ou setores da economia, incluindo em muitos destes casos, a própria esfera da circulação (distribuição e comercialização de mercadorias). Em face desse movimento, duas tendências crescentes e correlatas puderam ser constatadas, sendo elas: a) inúmeros trabalhos que antes eram considerados como improdutivos passam a se tornar produtivos; seja porque estão sendo diretamente consumidos no processo de produção, seja porque representam trabalhos menores, terceirizados, que são realizados por outras empresas e contratados por essas grandes corporações b) uma quantidade cada vez maior de diferentes tipos de trabalho passam a fazer parte do processo de produção capitalista, de sorte que o próprio processo de trabalho objetivado vem se tornando, ao longo das últimas décadas, cada vez mais segmentado e parcelado. Em segundo lugar, Huws chama a atenção para o modo como os avanços tecnológicos encetados pelo processo de globalização ampliaram ainda mais a participação dos trabalhos imateriais no processo capitalista de produção, fazendo com que ele também se tornasse cada vez mais segmentado e padronizado. Não obstante, tal tendência será responsável, inclusive, por ocasionar uma grande cisão no interior do próprio processo de trabalho imaterial e que irá dividir os operários improdutivos em dois grupos distintos: o dos trabalhadores do conhecimento original e o dos trabalhadores do conhecimento do processo (HUWS, 2011).

Os trabalhadores do conhecimento original são aqueles que executam trabalhos de criação e desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços e que por isso, possuem maior autonomia em relação ao processo de produção⁶. Ao passo que os trabalhadores do conhecimento do processo, são aqueles que executam trabalhos mais padronizados ou segmentados e que são extremamente vigiados e/ou controlados pelo próprio processo de

⁶ Alguns bons exemplos representativos desta categoria de trabalhadores(as) são os profissionais do design, os programadores de softwares, os idealizadores de propagandas publicitárias, jornalistas, artistas etc.



trabalho objetivado⁷. Outra diferença bastante perceptível entre esses dois segmentos, diz respeito ao lugar que cada um deles ocupa no processo de produção capitalista: enquanto os trabalhadores do primeiro grupo representam uma pequena parcela do processo produtivo, os do segundo estão diretamente implicados ao longo de toda a cadeia de produção do valor, de sorte que estes últimos passam a ser destituídos da sua qualidade “imensurável”, se tornando assim, cada vez mais precarizados e passando a figurar para o capital variável da produção como um quantum de tempo de trabalho socialmente necessário que se equivale ou que é inferior ao de outros trabalhos concretos úteis.

Outro fenômeno que tem contribuído cada vez mais para o acirramento e a deterioração das condições de trabalho em diferentes lugares do mundo pode ser explicado também por aquilo que Huws (2014) identifica como um aumento exponencial da quantidade de trabalhos existentes fora do nó⁸ e que também podem ser classificados como produtivos e improdutivos. Em consonância com aquilo que é defendido por Marx (1978), Huws compreende por produtivo todo e qualquer processo de trabalho que contribua diretamente para a produção do mais-valor, ao mesmo tempo em que notabiliza, no entanto, a maneira como alguns destes trabalhos não remuneraram a força de trabalho na forma de bens de subsistência (salários); um ótimo exemplo disso são os trabalhos de estágio obrigatórios, não remunerados e de longa duração. Enquanto que por outro lado, também em consonância com aquilo que é defendido pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, Huws considera como improdutivos todos aqueles trabalhos que não contribuem diretamente para a produção do valor e que por essa razão, desempenham um papel fundamental para a reprodução das relações sociais de produção especificamente capitalista, mas não para o processo de valorização em si mesmo; um bom exemplo disso são os trabalhos de consumo⁹ e de reprodução da força de trabalho¹⁰. De toda sorte, ainda sim, são muitos os motivos pelos quais o aumento e a proliferação dos trabalhos realizados fora do nó representam um fator de precarização para a classe proletária.

⁷ Alguns bons exemplos representativos desta categoria de trabalhadores(as) são os operadores de telemarketing, os trabalhadores(as) dos serviços de atendimento ao cliente de diversos segmentos, os funcionários do setor de recursos humanos das empresas capitalistas, bancários, técnicos de TI etc.

⁸ Teoria do valor-trabalho é o nó que une integralmente três coisas, sendo elas respectivamente: a necessidade de subsistência dos trabalhadores(as), o seu trabalho e a Mais-valia expropriada. Sem esse nó o capitalismo não perdura.

⁹ Os trabalhos de consumo são em sua maioria trabalhos de autoatendimento, tais como: serviços bancários realizados pela internet, compra de ingressos para o cinema e/ou pagamento de compras de supermercado em terminais eletrônicos etc.

¹⁰ O trabalho reprodutivo diz respeito aos trabalhos que são indispensáveis à reprodução da própria classe trabalhadora e que historicamente sempre foram acumulados pelas mulheres (lavar, passar, cozinhar, educar os filhos etc.).



Ao ocupar o lugar de outras atividades remuneradas, os trabalhos voluntários (estágios obrigatórios e não remunerados) e de consumo (executados pelos próprios consumidores de serviços e produtos) e/ou fora do nó, têm contribuído cada vez mais para a precarização das relações de trabalho dos operários assalariados que exercem essas funções e para o rebaixamento do valor da sua força trabalho. Concomitantemente, não é menos nocivo à classe trabalhadora o desdobramento de algumas das principais mudanças ocorridas no interior do processo de trabalho improdutivo e/ou reprodutivo e ao longo das últimas três décadas. Ao se deparar com a afirmação de que a economia e as relações sociais de produção estariam se tornando cada vez mais desmaterializadas Huws (2014) demonstra exatamente o contrário, ao lembrar que a quantidade de matérias primas extraídas do planeta para a produção de mercadorias tem aumentado consideravelmente ao longo dos últimos anos, chamando a atenção para o fato de que: os valores de uso que são produzidos pelos trabalhos reprodutivos (bens essenciais à reprodução da própria classe trabalhadora) tem consumido cada vez mais outros valores de troca (mercadorias e serviços), de modo que as necessidades seja do estômago ou da imaginação da classe trabalhadora vêm se tornando, tanto mais complexas quanto mais multifacetadas. O que também implica, por sua vez, em um aumento do custo médio das condições de vida do operariado em toda parte; ademais em um contexto em que as relações de trabalho vêm se tornando cada vez mais deletérias.

A PROPOSTA PRELIMINAR DA NOVA BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PROJETO DE PRECARIZAÇÃO DA PREPARAÇÃO DE DOCENTES NO CONTEXTO DO BRASIL

No que tange a proposta preliminar da nova Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-FP), é importante notar como as categorias pensadas pelos teóricos(as) do materialismo histórico-dialético (o trabalho produtivo e improdutivo, material e imaterial e/ou situado dentro do nó) aparecem no interior deste documento e representam um conjunto de mudanças estruturais que irão impactar, tanto a formação quanto às próprias condições de trabalho da categoria docente.

Logo no seu preâmbulo, o texto já destaca a importância da educação básica para o processo de produção capitalista e para a criação daquilo que se chama de novo



capital¹¹. Ademais, é a partir de tal precedente que a categoria docente acaba sendo inserida neste debate: como peça chave e/ou fundamental para (re)produção do novo capital e portanto da própria força de trabalho. O primeiro capítulo do documento, intitulado “Estado da arte da formação de professores”, enfatiza principalmente, como o trabalho dos profissionais da educação é importante e imprescindível para a melhoria da qualidade do ensino básico e público no país. Com tanto, ignora o fato de que, na maior parte das vezes as dificuldades enfrentadas pelos docentes brasileiros nas salas de aula e que são taxativas da sua prática e/ou que restringem à sua atuação, resultam de limitações impostas pelo desenho da própria política pública (de Estado) educacional e que é responsável por estruturar: o currículo dos diferentes níveis de ensino, os sistemas de avaliação da educação básica e por redistribuir recursos para as diferentes redes. Posteriormente, desenvolve-se também, ao longo da escrita deste capítulo, um raciocínio histórico sobre os cursos de formação de professores no Brasil e que identifica, entre algumas das suas principais fragilidades: até a década de 1930, a ausência de um projeto unificado e centralizado de formação para esses profissionais e na atualidade, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o seu caráter essencialmente teórico e/ou pouco prático e que encontra-se em desacordo com os referenciais utilizados para a formação docente em diferentes países (sobretudo aqueles que obtêm índices educacionais elevados e superiores aos do Brasil)¹².

Segundo os idealizadores dessa proposta, é principalmente por estes motivos que se faz necessária a reestruturação e reformulação dos cursos de formação docente, dos processos de ingresso na carreira e dos cursos de formação continuada. Em paralelo a isto, o documento lança mão de uma proposta de formação que se ancora, de certo modo, em outros pressupostos teórico-epistemológicos que não aqueles referenciados pela política nacional de

¹¹ A ideia de “novo capital” reitera a discussão que é realizada pelos teóricos da imaterialidade na segunda metade do século XX e que creditam ao conhecimento humano o status de novo produtor do valor ou de “nova matéria prima” do processo de produção. Tomemos como exemplo o excerto destacado e que foi retirado do documento analisado: “[...] O desenvolvimento social e econômico está pautado no novo capital: o conhecimento. É ele que gera e agrega valor ao produto ou ao serviço, quando articulado a habilidades e valores”. (BRASIL, 2018, p. 04).

No entanto, a teoria do valor-trabalho acredita que tal chave de compreensão da relações sociais de produção está equivocada. Haja vista que o capital representa uma relação social de produção por meio da qual o valor valoriza a si mesmo e a partir da produção do trabalho excedente que é gerado pela força de trabalho (capital variável) e pela sua concentração nos objetos de trabalho (as mercadorias). Nesse sentido o conhecimento humano pode ser compreendido enquanto força de trabalho potencial, mas não como Capital de fato.

¹² É importante reter que o preâmbulo do primeiro capítulo do documento denota a consonância, tanto de um discurso que credita a educação formal as chances de desenvolvimento econômico e social plenos de diferentes países (via qualificação da força de trabalho e da sua superpopulação relativa) e que é emanado por grandes organismos multilaterais, quanto de um discurso responsivo e que culpabiliza os professores e a sua formação pelo fracasso escolar.



formação de professores das primeiras décadas do século XXI. Ao apresentar e descrever tal proposta, os capítulos dois e três do texto, intitulados “Visão sistêmica da formação” e “Matriz de competências profissionais” projetam para a formação docente duas grandes tendências, sendo elas: o aumento dos processos de validação da prática docente e a reestruturação do estágio obrigatório e não remunerado.

Se até então, a emissão de diplomas de curso de graduação em licenciatura plena serviam para habilitar os(as) docentes e/ou torná-los aptos para exercerem suas funções, a proposta preliminar da nova BNC-FP sugere justamente o contrário. O documento estipula que, ao longo de todo o curso de graduação para a formação inicial de professores se situem diferentes processos de validação da prática docente e que ganham relevo: desde a criação de disciplinas que proponham aos graduandos a resolução de “situações-problemas” pré-determinadas e que avaliem a sua capacidade de aplicar os conhecimentos pedagógicos e/ou próprios da sua área de atuação nestes casos específicos – a saber, os direitos de aprendizagem previstos pela nova BNCC e os itinerários formativos do novo Ensino Médio; até o instante em que se cogita que o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – realizado trienalmente pelos finalistas de diferentes cursos – passe a ser realizado anualmente pelos alunos(as) concluintes dos cursos de formação para professores e que se torne pré-requisito obrigatório, ou à obtenção do curso de licenciatura plena e a correspondente habilitação na área almejada ou ao ingresso dos docentes nas redes de ensino públicas e privadas de todo o país. Ao mesmo tempo, também é indicado que processos semelhantes passem a condicionar, tanto o ingresso – a depender do caso –, quanto à aprovação em período probatório e a progressão na carreira do magistério público.

Em linhas gerais, todos estes mecanismos de validação partilham uma semelhança intrínseca entre si e em relação aquilo que é medido ou mensurado por eles e que é a capacidade de que os professores(as) dispõem de aplicar em sala de aula o currículo que é prescrito pela nova BNCC, pelo novo Ensino Médio e pelos grandes organismos financeiros internacionais. Outrossim, a atuação docente passa a ser creditada, não mais pelo caráter científico e crítico que é assegurado pelos cursos de formação inicial e continuada para professores para educação básica, mas sim pela certificação que é concedida pelos processos de validação deste ofício.

Sem embargo disto, sugere-se também que o estágio obrigatório e não remunerado seja substituído pelo programa “residência pedagógica” e que este ocorra desde o primeiro período dos cursos de formação para professores. Baseado na experiência dos programas de residência médica, esse proponente curricular de “prática” teria o mérito de assegurar aos



graduandos a possibilidade de vivenciar e/ou conhecer de fato os dilemas e conflitos existentes no cotidiano escolar. Dessa forma, todas as Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos de graduação em licenciatura plena deveriam celebrar convênios com escolas de educação básica e enviar, uma vez por semana, os(as) alunos(as) destes cursos para realizarem seus respectivos estágios nestas unidades de ensino.

Assim, a proposta preliminar da nova BNC-FP exprime um projeto de formação docente que se baseia na certificação de competências e que compreende a atuação e/ou a intervenção dos profissionais da educação no espaço escolar, enquanto uma prática essencialmente calcada no saber-fazer, ao invés de concebê-la como a unidade de teoria e ação. Se por um lado essas mudanças parecem pequenas e insignificantes do ponto de vista da formação do professorado brasileiro, por outro elas inauguram inúmeros outros processos de exploração e de precarização do trabalho docente.

OS POSSÍVEIS E MAIS PROVAVÉIS IMPACTOS DA PROPOSTA PRELIMINAR DA NOVA BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOB A CARREIRA DOCENTE

Ao dicotomizar teoria e prática a proposta preliminar da nova BNC-FP contribui de diferentes maneiras para o rebaixamento do valor da força de trabalho dos profissionais do magistério público. Na medida em que a formação inicial e continuada de professores(as) para a educação básica passa a ser pautada por um caráter mais prático, utilitarista e/ou pragmático, o próprio trabalho docente tende a se tornar mais padronizado e segmentado, a ponto de ser compreendido, inclusive, enquanto um conjunto de tarefas que são facilmente realizáveis por qualquer pessoa e em qualquer lugar – sobre a sorte de qualquer remuneração ou de quaisquer condições de trabalho. Ainda nesse mote, é importante lembrar que, ao exigir que os(as) graduandos(as) dos cursos de licenciatura semestralmente frequentem instituições de ensino conveniadas para realizarem seus respectivos estágios obrigatórios e não remunerados, o programa residência pedagógica – tal como instituído pelo texto da proposta preliminar para a nova BNC-FP – tende a empurrá-los para sistemas e redes de ensino cada vez mais defasadas do ponto de vista do seu quadro de funcionários e onde esses estudantes serão obrigados a realizar trabalhos de professores(as) sem serem remunerados por isso, fazendo com que, tendencialmente, sejam precarizados ainda mais, os postos e as condições de trabalho daqueles profissionais que realizam essas atividades de maneira assalariada – ausência de reajustes dos salários da categoria e a retirada de direitos que foram conquistados



historicamente pelos movimentos trabalhistas, como assistência médica, vale transporte, vale refeição etc.

Ainda assim, algumas iniciativas seriam capazes de se contrapor a esse movimento e impedir o seu avanço completo sobre a classe docente. Um ótimo exemplo disso são os cursos de graduação oferecidos pelos Centros ou Faculdades de Educação das IES públicas de todo o país. Pois, ainda que estes cursos fossem conformados por tal política, pesa o fato de o ensino superior público ter sido historicamente assentado sobre o tripé acadêmico – ensino, pesquisa e extensão –, além de também estar intimamente relacionado com a produção do conhecimento científico e de pesquisas que são realizadas por alunos(as) e professores(as) de cursos de graduação e de pós-graduação e que por sua vez, permitiriam a estes mesmos cursos universitários assegurar aos seus estudantes uma formação menos fragmentada e que não se pautasse somente pela certificação de competências ou pela pedagogia do “saber-fazer”. No entanto, as universidades públicas representam apenas 26% do total das instituições de ensino superior existentes em todo o Brasil (INEP, 2018), ao mesmo tempo em que a maior parte das matrículas dos cursos de licenciatura estão concentradas no setor privado de educação e têm sido ofertadas cada vez mais em modalidade a distância (EVANGELISTA, 2016). Em grande parte, é por este motivo que a proposta da nova BNC-FP atende prioritariamente aos interesses das grandes redes de ensino superior privadas, uma vez que determina que a formação inicial e continuada de professores(as) passe a ser pautada por um modelo de ensino e aprendizagem que exige menos investimentos e que, portanto, é mais rentável do ponto de vista dos lucros que podem ser realizados por estes grandes conglomerados de educação que dominam o setor.

Ao mesmo tempo, a contradição que é expressa por esses diferentes modelos de formação docente tende a ser ainda mais ampliada com a promulgação da proposta da nova BNC-FP, de sorte que seria atenuada também uma divisão que já existe há algum tempo no interior da própria força de trabalho docente e que separa os profissionais da educação em dois grupos distintos: o dos trabalhadores(as) do conhecimento do processo educativo (quase sempre formados pelos Centros e Faculdades de Educação das universidades públicas) e o dos trabalhadores(as) da execução do processo educativo (em sua maioria formados por IES privadas).

Os trabalhadores(as) do conhecimento do processo educativo são aqueles que possuem uma formação menos dispersa e que lhes permite compreender a totalidade do processo de ensino e aprendizagem, ao passo que estes profissionais também acabam dispendo de maior autonomia em relação a sua prática pedagógica e tornam-se aptos, inclusive, para pensar e



repensar a sua própria atuação no espaço escolar, podendo adaptá-la a diferentes contextos e situações (decidir que métodos e abordagens utilizar na sala de aula, de que forma, por quanto tempo etc.). Por outro lado, os(as) trabalhadores(as) da execução do processo educativo são aqueles que possuem uma formação mais enxuta, com um caráter mais pragmático e cuja a proposta central se baseia na preparação dos estudantes dos cursos de licenciatura para a inserção imediata no mercado de trabalho, de maneira que esse percurso formativo – na maior parte do tempo – acaba ignorando, por exemplo, a importância do tripé acadêmico para a educação destes sujeitos e se resume a treinar os educandos para apreenderem e reproduzirem processos e/ou respostas mecânicas.

Dado o fato de que estas iniciativas representam projetos discordantes e que estão em constante disputa pelo monopólio da reprodução da força de trabalho dos profissionais da educação, não podemos ignorar o fato de que uma delas se consubstancia a partir da produção do lucro capitalista e pressupõe a mercadorização do conhecimento; enquanto que a outra assume um compromisso real com o desenvolvimento pleno dos sujeitos, além de se realizar no longo prazo e de maneira mais “dispendiosa”; ademais o fato de que a primeira costuma ser oferecida pelas instituições de ensino superior privadas e principalmente a despeito da segunda. De sorte que, caso a proposta preliminar da nova BNC-FP fosse aprovada, os trabalhadores(as) da execução do processo educativo tendencialmente iriam se sobrepor aos trabalhadores(as) do conhecimento do processo educativo, de maneira que os primeiros conformariam a base salarial de toda essa categoria de profissionais (puxando os salários para baixo). No entanto, ainda que tais dinâmicas pesem para o rebaixamento do valor da força de trabalho docente e que também contribuam para a desvalorização da própria carreira do magistério público, outras consequências e desdobramentos mais imediatos poderiam ser guardados por tal processo.

Ao fazer com que a maior parte da categoria docente possua uma formação mais incipiente, a proposta preliminar da nova BNC-FP também pode fazer com que aumente, na mesma proporção, o consumo de produtos e de serviços que servem de suporte a este ofício, tais como: os testes padronizados em pequena escala (que treinam docentes e discentes para a realização das avaliações censitárias de grande monta), o material didático e demais sistemas de apostilados, os cursos de “atualização” e de formação continuada para professores ou ainda, os pacotes de serviços de tecnologia da informação (que englobam desde a compra de equipamentos diversos como tablets, computadores, notebooks e modems de internet bem como a aquisição de serviços de armazenamento de conteúdo em nuvem, plano de dados etc.).



Nesse sentido, os(as) trabalhadores(as) da educação básica e pública tendem a se tornar cada vez mais valores de uso que consomem outros valores de troca, uma vez que, ao estarem despreparados para lidarem com a gestão dos conflitos e dos dilemas que são comuns ao cotidiano da sala de aula – que envolvem o processo de ensino e aprendizagem – os próprios professores(as) acabariam recorrendo muito mais a esses serviços e produtos, de maneira a tornarem-se, inclusive, dependentes destes. Assim, a promulgação da proposta preliminar para a nova BNC-FP sem dúvidas se alinharia a um conjunto de outras políticas educacionais que têm operado um processo de reconversão da finalidade do ensino básico brasileiro e que o reorienta, cada vez mais, em função da maximização dos resultados obtidos nos testes padronizados e de uma formação que prepare os sujeitos única e exclusivamente para o mundo do trabalho e que por sua vez, permite que os recursos públicos (que deveriam ser destinados à educação básica) sejam redistribuídos também para as grandes empresas capitalistas que produzem determinados serviços e produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que sustentam os teóricos da economia imaterial, o trabalho docente na especificidade do Brasil – ainda que represente uma atividade imaterial e improdutiva – tem sido cada vez mais submetido às mesmas lógicas de organização e de remuneração a que estão sujeitos outros tipos de trabalho que estão encontram realmente subsumidos ao capital. Isso porque, as mudanças encetadas no interior da política pública de educação ao longo das últimas décadas tem feito com que o processo de trabalho dos profissionais da educação se torne: cada vez mais prolongado (acúmulo de tarefas que precisam de ser realizadas fora do ambiente de trabalho), intenso (aumento da quantidade de conteúdos programáticos que tem de ser trabalhados em sala de aula) e que desperdice o mínimo de tempo possível com a produção de outros trabalhadores/as (padronização das aulas, das atividades e das tarefas realizadas em sala de aula). No entanto, é importante notar como a proposta preliminar da nova BNC-FP representa um novo paradigma para essa dinâmica, uma vez que materializa para a formação docente inúmeros processos de intensificação da exploração do trabalho imaterial e improdutivo, como foi demonstrado por Ursula Huws (2014).

Por outro lado, não podemos ignorar o fato de que a proposta preliminar da nova BNC-FP também desempenha um papel de suma importância para a conformação do ideário do professorado brasileiro. Ao inaugurar um processo formativo que não é pautado pelo desenvolvimento de uma consciência sócio-histórica e que não estimula o pensamento crítico



e/ou que não entende a educação a partir uma base material e histórica, esta política concorre para a formação de sujeitos que não conseguem pensar o mundo para além de suas individualidades. Portanto, preconiza-se a formação de homens e mulheres que não sejam capazes de enxergar a si mesmos enquanto seres sociais e históricos, pertencentes a uma classe específica e/ou que possam de realizar processos de luta e/ou de superação da realidade tal qual ela se apresenta diante deles(as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: vozes, 2005.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados do censo da educação superior de 2017**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206>. Acessado em: 25 set. de 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Proposta para a base nacional comum da formação de professores da educação básica**. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acessado em: 12 dez. de 2019.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. 1ª edição. Artmed: Porto Alegre, 2014. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1999.

EVANGELISTA, Olinda. Faces da tragédia docente no Brasil. In: **Anais do XI Seminário de la rede estrado**: movimientos pedagógicos y trabajo docente en tiempos de standarización, 2016.

HUWS, Ursula Helin. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. In: **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n.70, p. 13-30, Jan./ Abr. 2014.

HUWS, Ursula. Mundo material: o mito da economia imaterial. In: **Mediações**, Londrina, v.16, n.1, pp. 24-54, Jan./Jun. 2011.

MARX, Karl. **O Capital**, livro I, capítulo VI (inédito) [tradução de Eduardo Sucupira Filho]. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978.

MARX, Karl. O método da Economia Política. In: **Contribuição à crítica da economia política** [tradução de Florestan Fernandes]. 2ª. Ed., p.257-271. São Paulo: Expressão Popular, 2008.